
A HISTÓRIA POSSÍVEL: IMPRENSA E EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO BRASIL NO SÉCULO XIX¹

Possible history: press and emancipation
of women in Brazil in the 19th century

Constância Lima Duarte²

RESUMO: Esta reflexão sobre os jornais e revistas que circularam no Brasil durante o século XIX, cujo público-alvo eram as mulheres, é resultado de investigações que realizo, desde a década de 1980, visando a conhecer a história da mulher brasileira na busca por seus direitos e na construção de sua identidade e de uma dicção literária própria.

PALAVAS-CHAVE: Periodismo feminino; História da Mulher; Feminismo.

ABSTRACT: This reflection on the newspapers and magazines that circulated in Brazil during the nineteenth century, whose target audience was women, is the result of investigations that I have been conducting since the 1980s in order to know the history of Brazilian women in search of their rights and in the construction of his identity and his own literary diction.

KEY WORDS: Female journalism; Women's History; Feminism.

O livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX — Dicionário Ilustrado*, publicado em 2016, é resultado do desdobramento de pesquisas que realizo há alguns anos sobre a história das mulheres, a literatura de autoria feminina e o movimento feminista no Brasil. Desde a investigação sobre Nísia Floresta, em meados da década de oitenta, busco conhecer a produção intelectual da mulher brasileira em suas diferentes modalidades. E a pesquisa de periódicos naturalmente se impôs. Afinal, para compreender o percurso realizado pelas mulheres, bem como as especificidades de nosso movimento feminista, e ainda recuperar as protagonistas desta história em sua abrangência, era preciso abarcar a produção letrada feminina como um todo, que se manifestou não apenas no formato ficcional e poético, mas também em crônicas, ensaios, memórias e escritos militantes.

¹ Este artigo é parte da introdução que se encontra no livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX. Dicionário ilustrado* (2016).

² Docente da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do CNPq.

A constatação de que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, contribuiu para ampliar a investigação. Quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. Mais do que os livros, foram os jornais e revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência.

O marasmo dos tempos coloniais — sabemos — só se rompeu com a vinda da família real, legítimo estopim para as mudanças que se faziam urgentes à sociedade brasileira. A convivência com a Corte, os novos costumes importados da Europa, como a etiqueta, os modismos, o gosto pela literatura, tudo isso a imprensa se encarregou de difundir, impondo à parcela esclarecida da elite o passo ditado pelo novo século. E as mulheres foram especialmente beneficiadas. Se predominava a indigência cultural, o sentimento de inferioridade e a reclusão mourisca — resumida no velho ditado: “A mulher só deve sair de casa três vezes: para batizar, casar e enterrar”, — o quadro começa a mudar com os ventos soprados da Europa e lentamente vai deixando de ser “heresia social” instruir o sexo feminino.

Foram muitas as questões examinadas, a começar pela nomeação do objeto de estudo: imprensa para mulheres ou imprensa feminina? Porque esta é — definitivamente — uma imprensa que se define pelo sexo de suas consumidoras. Dulcília Buitoni foi precisa ao afirmar que “Imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza. Desde que surgiu no mundo ocidental, no fim do século XVII, já trouxe a distinção às mulheres no próprio título do jornal — *Lady’s Mercury* — prática a persistir até hoje” (BUITONI, 1986, 7). E se esta imprensa é dirigida e pensada para mulheres, a feminista — também destinada ao mesmo público — diferenciar-se-á por protestar contra a opressão e a discriminação, e exigir a ampliação de direitos civis e políticos. Como ambas tiveram participação decisiva na formação intelectual da mulher, e na construção cultural e discursiva de sua identidade, decidi examinar o conjunto de periódicos destinados ao público feminino — independente de terem sido escritos ou dirigidos por homens ou mulheres, e de se identificarem ou não ao ideário feminista.

A insuficiência de trabalhos existentes sobre a temática também justificou a realização desta pesquisa. Basta examinar os principais estudos

sobre a história da imprensa brasileira para constatar a invisibilidade do periodismo feminino. Independente da extensão e da importância desses estudos, em sua maioria eles realizam análises pontuais de um jornal, ou tratam do conjunto a partir de uma visão historicista, sem se deter na especificidade daqueles pensados para mulheres. Cito alguns: *Jornalismo, história e técnica – História da imprensa no Brasil* (1990), de Juarez Bahia; *História da imprensa no Brasil* (2008), de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca; e *200 anos de imprensa no Brasil* (2009), de Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca e Maria Letícia Corrêa. Em sua abrangência, estes estudos oferecem perspectivas diferenciadas dos períodos históricos, desde o surgimento da imprensa no país, mas não tratam dos jornais femininos, pois não era esse o propósito. Da mesma forma, os livros de Marialva Barbosa, *Os donos do Rio: imprensa, poder e público* (2000) e *História cultural da imprensa – Brasil 1800-1900* (2010), que privilegiam a figura da leitora e as estratégias dos jornais em lançar mão de folhetins, suplementos e concursos para conquistá-las. *Revistas Ilustradas — modos de ler e ver no segundo reinado* (2011), organizado por Paulo Knauss e outros, amplia significativamente a abordagem histórica da imprensa ao considerar a importância das revistas no imaginário social brasileiro daquele contexto.

A obra de Nelson Werneck Sodré (1966), — *História da imprensa no Brasil*, referência importante nessa área de estudos, a abranger um vasto panorama da imprensa brasileira de sua origem aos anos 1960, — quando menciona as folhas femininas por vezes o faz superficialmente, e sem indicar o público alvo. O caso de *O Corymbo* (RS, 1884-1944) é exemplar. Apesar da inédita longevidade — 60 anos — e da consistente contribuição que representou para a cultura brasileira e para a história das mulheres, é citado em meio a “jornais de oposição, de combate, lutando pelas reformas, de que o país carecia, particularmente a federativa, a do trabalho, a do regime...” (SODRÉ, 1966, 263).

Já *Contribuição à história da imprensa brasileira* (1812-1869), de Hélio Viana, de 1945, apesar de não ter como foco esta imprensa, contribuiu para esclarecer um pouco a respeito da autoria do jornal *A Mineira no Rio de Janeiro*, de 1833. Da mesma forma, *Revistas em revista – Imprensa e práticas culturais em tempos de República* (2008), de Ana Luiza Martins, inclui publicações femininas da *belle époque* de São Paulo, ao lado de científicas, pedagógicas, esportivas, religiosas, infantis e teatrais, e propõe interessantes reflexões sobre o público leitor e a força das revistas naquele momento específico.

Por fim, lembro o trabalho de Matías M. Molina, *História dos jornais no Brasil* (2015), que, no primeiro volume, “Da era colonial à regência (1500-1840)”, praticamente não faz menção a esses periódicos, apesar do excelente estudo dedicado a Pierre Plancher e outros. Fundador de

diversos jornais — *O Spectador Brasileiro*, *Diário Mercantil* e *Jornal do Commercio* — Plancher foi responsável ainda pela primeira folha dedicada às mulheres no Brasil: *O Espelho Diamantino* (1827-1828), que surgiu antes mesmo da promulgação da Lei de Instrução Pública autorizando a abertura de escolas primárias. Molina apenas inclui seu título entre outros, seguido de lacônica informação: “o primeiro jornal de moda” (MOLINA, 2015, 233). A meu ver, o comentário não procede, uma vez que a literatura, a política e a defesa da instrução feminina tiveram bem mais espaço no periódico do que a moda. Desde o primeiro editorial, de 20 de setembro de 1827, o jornalista se posicionou firmemente na defesa do sexo feminino, provocando inclusive reação por parte de leitores.

Quando iniciei o levantamento do *corpus*, publicações dedicadas à imprensa regional, ou focadas em um estado específico, foram de grande utilidade. Lembro alguns títulos: *Anais da imprensa da Bahia* (1. ed. 1911; 2. ed. 2007), de Alfredo de Carvalho e João Nepomuceno; *Imprensa mineira – memória histórica* (1922), de Sandoval Campos e Amyntas Lobo; a monumental *História da imprensa de Pernambuco* (1982), em sete volumes, de Luis do Nascimento; o *Dicionário da imprensa do Rio Grande do Norte* (1987), de Manoel Rodrigues de Melo; e o *Dicionário biográfico imprensa mineira* (1994), de André Carvalho e Waldemar Barbosa, entre outros. Estas obras, resultado de inaudito esforço de investigação, então realizada apenas *in loco*, nos permitem conhecer hoje parte substancial dos periódicos que um dia existiram naqueles estados. Tornam-se ainda mais valiosas se considerarmos que nenhuma daquelas pesquisas poderia ser mais refeita, tendo em vista a inexistência de exemplares da maioria dos velhos jornais e o desaparecimento de vários dos antigos acervos e hemerotecas. Resta-nos, portanto, recuperar os seus registros e valeremo-nos das informações constantes nessas preciosas investigações.³

Apenas a partir da década de 1980, quando no Brasil as mulheres tomam de assalto a construção da própria história, o periodismo feminino é “descoberto”, e se torna objeto de inúmeros artigos, dissertações, teses e livros. Para representar o esforço realizado, seleciono algumas estudiosas, começando por Dulcilia Buitoni e June E. Hahner, cujos trabalhos pioneiros tornaram-se referências para todos que se enveredam pela temática. A primeira, autora de *Imprensa feminina* e de *A mulher de papel*, ambos de 1981, além de realizar um levantamento inicial desse periodismo, propõe reflexões pertinentes sobre o caráter dessa imprensa — que se debate entre a estética da utilidade e a estética da futilidade — ainda hoje válida e

³ Inúmeras outras publicações foram também consultadas para o estabelecimento do *corpus* e a recolha dos dados, como *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais* (1978) e *O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais – 1870-1889* (1982), ambas de Delso Renault.

provocativa. June Hahner, autora de *A mulher no Brasil* (1978) e *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas* (1981), reúne documentos até então desconhecidos, do período colonial às primeiras décadas do século XX, além de questionar a ausência feminina na história oficial e propor sua revisão.

Também a contribuição de Maria Theresa Caiuby Crescenti Bernardes, consubstanciada no livro *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – Século XIX* (1989), é de grande valor. Resultado de intensa pesquisa de fontes primárias, tem o mérito de questionar a assertiva de que a mulher brasileira vivia sufocada pela atmosfera autoritária da família patriarcal. Nessa linha, revela as estratégias utilizadas no enfrentamento das adversidades. Outras publicações — *Além do amor e das flores: primeiras escritoras cearenses*, de Cecília Maria Cunha; *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830-1910)*, organizado por um grupo de pesquisadoras, entre elas Luzilá Gonçalves Ferreira; *Mulheres, escrita e feminismo no Piauí (1875-1950)*, de Olívia Candeia Lima Rocha; *A produção literária feminina nos jornais capixabas na segunda metade do século XIX*, de Letícia Nassar Matos Mesquita; e *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*, de Mônica Yumi Jinzenji — também ajudaram no estabelecimento do *corpus* e deram preciosas informações.

Além das publicações em livro, valemo-nos, ainda, de inúmeros artigos e ensaios que, independente de sua extensão, apontam para novas e instigantes reflexões. Para não me estender nessa enumeração, cito dois, de Tania Regina de Luca e Zahidé Lupinacci Muzart. Da primeira, trago o ensaio “Mulher em revista” (LUCA, 2012), consistente leitura sobre o surgimento e consolidação das revistas dedicadas ao público leitor feminino. Da segunda, conhecida pesquisadora da literatura de autoria feminina, destaco “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX” (MUZART, 2003), que empreende uma interessante reflexão acerca dos periódicos fundados por Maria Josefa Pereira Pinto e Joana Paula Manso de Noronha.

Estou, portanto, seguindo as trilhas abertas pelos que me antecederam. Aos poucos, como quem junta um quebra-cabeça, recolhi títulos, datas e nomes dos e das que ensaiaram as primeiras investidas. Os periódicos foram surgindo vindos de todos os cantos do país. Como iniciei ainda em meados da década de 1990, fui testemunha da rápida transformação porque passou a pesquisa. Se antes era preciso visitar pessoalmente os arquivos para ter acesso a antigos jornais, e poder examiná-los no formato impresso ou através de máquinas leitoras de microfílm, a partir da revolução digital muitos acervos passam a permitir acesso à distância.

O volume de informações reunido no dicionário pode surpreender. No total, são 143 títulos de revistas e jornais femininos e feministas, que circularam no país ao longo do século XIX. Quero crer que representam a ponta do *iceberg*, pois outros devem ter também existido e se perderam por

falta de conservação. O material surpreende também pela multiplicidade de títulos e a larga amplitude alcançada no território nacional. Pois esta imprensa tensionou a opinião pública não só no centro, como também nas periferias. Circulou no litoral e no interior; na metrópole e nas mais afastadas províncias. Circulou no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador; e também em São Luiz, Teresina, Belém, Natal, Manaus, Maceió, Aracaju, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. E não só nas capitais, mas também em Maragogipe, Cachoeira e Conde d'Eu, na Bahia; São João Del Rei, Oliveira, Juiz de Fora, Barbacena, Rio Branco, Viçosa e Mar de Espanha, em Minas Gerais; Rio Grande, Bagé e Santa Maria, no Rio Grande do Sul; Pão de Assúcar, em Alagoas; Açú, no Rio Grande do Norte; Estância, em Sergipe; Angra dos Reis, no Rio de Janeiro; Caxias, no Maranhão; Bananal, em São Paulo, dentre outras.

Como é previsível, pelo destaque político, econômico e cultural, o maior número — 45 periódicos — circulou na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, vem Recife, com 25; São Paulo, com 14; Salvador, com 9; e Fortaleza com 4. Os restantes distribuem-se pelas demais cidades, além dos 3 publicados no exterior — Nova York, Lisboa e Paris. Dentre os estados, Minas Gerais se destaca com 9 cidades sediando jornais femininos. Depois a Bahia e o Rio Grande do Sul, com 4 cada.

Também os títulos merecem ser observados. Muitos trazem nomes de flores (*Rosa, Tulipa, Lírio, Miosotis, Violeta, Falena, Camélia, Jasmim, Bonina, Madressilva, Ramalhete*); outros se referem a objetos identificados ao público a que se destinavam (*Leque, Grinalda, Brinco, Bandolim, Pérola, Esmeralda*); ou a pequenas aves e insetos (*Colibri, Beija-Flor, Crisálida, Borboleta*). Foram muitos os Espelhos — *das Belas, das Brasileiras, Diamantino, Fluminense...* Assim como os Jornais — *das Moças, das Senhoras, das Damas, das Famílias, de Variedades*. E os Recreios — *da Mocidade, da Tarde, das Belas, das Moças, das Senhoras, do Belo Sexo...* Alguns foram mais criativos — *República das Moças, Escrínio, A Estação, Ave Libertas, A Mensageira* — e por vezes revelam um cuidado gráfico e editorial surpreendente, em especial os que traziam figurinos.

Por tudo isso quem crer que, redescobertos, muitos periódicos devem propiciar novas reflexões acerca da tradição literária das mulheres, da profissionalização das primeiras jornalistas, do papel das revistas e jornais na ampliação do público leitor e na conscientização feminina, além de revelar as estratégias usadas para driblar a censura e se expressar publicamente. Também vai permitir conhecer os gêneros em voga, os avanços na política educacional para o segmento feminino, a formação do novo público leitor, entre outros aspectos. Como os jornais se constituíram no grande veículo da literatura, e a maioria das escritoras publicou antes em suas páginas, para depois se aventurar em livros, como soi acontecia, é quase certo que o caráter

engajado de muitos dos textos destinados a um público mais amplo, tenha contribuído para a posterior exclusão de certas autoras da história literária nacional. É uma hipótese a se verificar.

DE LEITORA A REDATORA

Antes que a autoria feminina protagonizasse os próprios periódicos, alguns homens de imprensa, atentos às novidades e às mudanças de costumes, se apressaram em oferecer jornais destinados às leitoras. Como se sabe, o primeiro título hoje conhecido — *O Espelho Diamantino*, “Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas, dedicado às Senhoras Brasileiras” — circulou no Rio de Janeiro de 1827 a 1828, fundado por Pierre Plancher. Na edição de primeiro de outubro de 1827, ele se posiciona sobre a questão feminina, ao afirmar: conservar as mulheres “em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade”. E ao longo de quatorze edições brinda as leitoras com textos variados sobre literatura, arte e também moda e política.

Dois anos depois, em São João Del Rei-MG, o professor José Alcebíades Carneiro lança *O Mentor das Brasileiras*, que também defendia com surpreendente ênfase o acesso das mulheres à educação e ao debate político. O periódico circulou de 1829 a 1832 e era distribuído em outras cidades mineiras, como Ouro Preto, Sabará e Campanha, além da Corte, no Rio de Janeiro. Em 1830, surgiu em São Paulo o *Manual das Brasileiras*, imbuído do desejo de contribuir para o esclarecimento do público feminino. Em Salvador, no mesmo ano começou a circular *O Despertador das Brasileiras*, sob a responsabilidade de Domingos Mondim Pestana. E, em Recife, o tipógrafo francês Adolphe Emile de Bois Garin criou *O Espelho das Brasileiras*, em 1831, em que Nísia Floresta (1810-1885) inaugurou sua carreira de escritora.

É interessante observar como os títulos dos primeiros jornais e revistas se relacionam ao campo semântico da educação, revelando a ideologia patriarcal que os dominava. Ao se apresentarem como *Mentor*, *Farol*, *Manual*, *Despertador* ou *Espelho*, eles se colocam acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança de seu *status quo*. Naquela época, jornal e revista, observo, tinham a mesma aparência, distinguindo-se apenas na diversidade de gêneros literários e nas matérias de entretenimento, que costumavam ser maiores nas denominadas revistas.

A partir da década de 1830 surgem outras folhas, principalmente na Corte, algumas com intenções pedagógicas, outras voltadas apenas para o *divertissement* “do belo sexo”. Destacam-se nesse momento os periódicos

editados por Paula Brito, que, adotando por vezes o discurso da mulher e conciliando poesia, humor e política, publicou, entre outros, *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada* (RJ, 1832-1846), *A Marmota na Corte* (1849-1852), *A Marmota Fluminense* (1852-1857) e, por fim, *A Marmota* (1859-1864).

As primeiras iniciativas femininas de que se tem notícia — bem antes do *Jornal das Senhoras*, de 1852 — surgiram em Porto Alegre, em 1833, sob a responsabilidade da escritora Maria Josefa Barreto (1786?-1837), sob os títulos *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833-1834) e *Idade d'Ouro* (1833). Ambos, francamente políticos, posicionavam-se a favor do Partido Conservador. Outros surgidos na mesma época no Rio de Janeiro também merecem ser citados: *A Filha Unica da Mulher do Simplicio* (1832) e *A Mineira no Rio de Janeiro* (1833) — por terem sido escritos na primeira pessoa e sugerirem que uma mulher estava à sua frente. No primeiro número de *A Filha Única*, há um longo poema assinado apenas por “Redatora”, mas dedicado exclusivamente a defender “os interesses do país”. Da mesma forma, *A Mineira no Rio de Janeiro*, escrito do ponto de vista de uma mulher, faz apelos enfáticos “às Brasileiras” para que se envolvam mais com a política. Foi o ineditismo dessa voz feminina que levou alguns estudiosos da imprensa a tentarem “corrigir” seu título, registrando-o como “O Mineiro no Rio de Janeiro”.⁴ A par disso, não deixa de ser interessante observar que os quatro primeiros prováveis periódicos dirigidos por mulheres não trataram de questões específicas do gênero. O clima conturbado que dominava o país durante o período regencial levava também o “segundo sexo” — quisessem ou não os homens — a tomar partido e eleger a política como tema prioritário.

Em 1852 surge no Rio de Janeiro aquele que se tornará conhecido como fundador do periodismo feminino — o *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875), que vai circular até 1855. A folha — que logo foi transferida para Violante Atabalipa Bivar e Velasco (1816-1874) — teve a seu favor o fato de circular na Corte e tratar de questões relacionadas à mulher. Com o objetivo de “propagar a ilustração” e cooperar “para o melhoramento social e a emancipação moral da mulher”, trazia a bandeira que muitos dos periódicos que se seguem, também vão ostentar: a reivindicação por uma instrução mais consistente para as meninas. Ao lado de notas sociais e comentários sobre moda e receitas, são estampados artigos clamando por melhores condições de vida. O leitor pretendido era a mulher, naturalmente; mas buscava-se o homem como forma de convencê-lo a aceitar (e a apoiar) o novo quadro que se desenhava para as jovens.

⁴ Ver verbete sobre *A Mineira no Rio de Janeiro*.

Em 1862, surgiu também no Rio de Janeiro *O Belo Sexo*, fundado por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, que pretendia “provocar a manifestação feminina na imprensa, a favor do progresso social”. Em Minas Gerais, o primeiro que veio a público em 1873, em Campanha das Princesas, foi editado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz⁵, nomeado *O Sexo Feminino*. Em 1875, ela se transfere com o jornal para o Rio de Janeiro, e intensifica a reivindicação do acesso à educação e da necessidade das mulheres se emanciparem da tutela “eterna e injusta” que pesava sobre o gênero.

E os periódicos são surpreendentemente múltiplos em sua diversidade. Há os assumidamente feministas; os assumidamente conservadores; os que não se comprometem; os que se limitam ao passatempo; os que visam a certos segmentos, como a jovem, a mãe de família, a adolescente, a estudante; e os que se dedicam a temas específicos: literatura, educação, política, lazer, moda, humor. Há também os que trazem um pouco de tudo em suas páginas: poesia, romance, charadas e escritos militantes... Muitos, dentre os dirigidos por homens, deram voz e vez às mulheres — o *Mentor das Brasileiras* (1829-1832), de São João Del Rei, e *O Porvir* (1877), de Campinas, por exemplo. Neste último, o editor comparou a opressão vivida pelas mulheres ao regime escravocrata, e ainda denunciou os disfarces usados cotidianamente pelos homens para submetê-las ao seu jugo. Como Machado de Assis, alguns jornalistas consideravam a imprensa uma escola em potencial — legítima “república do pensamento”, capaz de fornecer às mães e esposas informações úteis sobre elas mesmas, e sobre o contexto em que viviam.

Muitos dentre os editados por mulheres foram usados para que elas se posicionassem politicamente, a favor ou contra a Monarquia, a Revolução Farroupilha, a Constituinte, a Abolição ou a República, tais como *Idade d’Ouro* (1833), *República das Moças* (1879), *O Abolicionista do Amazonas* (1884) e *Ave Libertas* (1885). Ou para divulgarem o ideário feminista, contestar o mandonismo patriarcal e o comportamento domesticado das mulheres: *O Sexo Feminino* (1873-1889), *A Mulher* (1881-1883), *A Mensageira* (1897-1900) e *O ESCRINIO* (1898-1910), entre outros.

A pesquisa atentou sempre para o horizonte pretendido por cada periódico: não só a quem se dirigia, mas também como se dirigia às leitoras. E objetivou captar as articulações que os e as jornalistas estabeleciam entre si, apoiando e divulgando novos jornais, e transcrevendo notícias já publicadas sobre os avanços da questão, no Brasil e em outros países.

⁵ Como ocorre com outras mulheres brasileiras de relevo intelectual, não são conhecidas as datas de nascimento e morte de Francisca Senhorinha, nem de Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar e Josephina Álvares de Azevedo.

E, à medida que se avança na história das mulheres contada pelos jornais, constata-se a força das estruturas limitadoras: Igreja, Estado, Família e Escola. Segundo Bourdieu (1999), foi através destas instituições que o patriarcado eternizou seu poder e legitimou a opressão sobre as mulheres. Tanto é verdade que, quando se tornou conveniente valorizar a maternidade, tendo em vista os altos índices de mortalidade infantil, ela foi investida de uma mística religiosa e filosófica que naturalizou ainda mais o papel da mãe, incentivou a amamentação e contribuiu para mantê-la mais apegada à família. Os ideólogos do patriarcado nacional — aí incluindo homens e mulheres, filósofos, moralistas, jornalistas, políticos e médicos — determinavam em seus escritos os novos comportamentos, direitos e deveres. E o redimensionamento do papel da mulher com que umas e outras sonhavam, vai consistir na supervalorização das figuras da esposa e da mãe, alçadas à categoria de “santas”. Com a entronização da “divina missão” materna, de “guardiã privilegiada” da família, a autoridade do pai parecia diminuir na proporção que a mãe aumentava seu espaço de poder. Mas no fundo, no fundo, continuava cabendo ao mantenedor a última palavra. Ela, a “rainha do lar”; ele, o cabeça, o chefe, o juiz.

Daí tantos jornais criados por médicos, padres e jornalistas, empenhados exclusivamente em convencer as mulheres, sobretudo às da elite, então indiferentes à criação dos próprios filhos, a se transformarem em mães “perfeitas”. A *Mai de Família* (1879-1888) foi um que se destacou nessa linha. E não deixa de ser irônico: o “fato novo” que permite à mulher elevar seu *status* na sociedade — a maternidade — é o mesmo que mais vai contribuir para seu afastamento do espaço público. Simone de Beauvoir dirá, mais tarde, que a maternidade foi nosso *hand cap*, e Elizabeth Badinter, que o amor materno foi um mito cuidadosamente construído para melhor manipular as mulheres.

O apelo por educação, presente na maioria, era mais que pertinente. Até a década de 1870, poucas brasileiras estavam alfabetizadas, pois o senso comum patriarcal se opunha com firmeza à instrução feminina e às mudanças de comportamento que daí podiam advir. O Censo de 1872, o primeiro realizado no país, contém dados interessantes. O Brasil tinha 81,43% da sua população livre analfabeta; e apenas 19,85% entre os homens e 11,5% entre as mulheres eram alfabetizados. Dentre os escravos, menos de 1% sabia ler e escrever, a maioria residente na Corte. A população contava com 9.930.478 habitantes, sendo 5.123.869 homens e 4.806.609 mulheres. Os jornais e revistas dessa época destinavam-se, portanto, às poucas brasileiras que começavam a superar a reclusão doméstica, a frequentar teatros, saraus e a apreciar literatura.⁶

⁶ Cf. Site: Brasil Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, IV, 4. parte, XII-XVI.

Diante de tal quadro, compreende-se porque os liberais defendiam a melhoria do sistema de ensino, pois a educação era vista como chave para o progresso. Ainda assim, o direito das mulheres frequentarem a escola secundária e superior enfrentou forte resistência por parte da sociedade, que considerava tais estudos desnecessários para a formação das jovens. O androcentrismo da família patriarcal reservava aos homens os benefícios da cultura e se encarregava de excluir as mulheres desse universo. Por isso a imposição de uma educação diferenciada como forma de respeitar as “diferenças biológicas e morais” de cada sexo. Aos homens, uma educação que os preparasse para o mundo do trabalho; às mulheres bastava a “educação da agulha”, saber se comportar e atuar dentro da casa. Numa formação mais sofisticada, a jovem aprendia francês, música, pintura, as quatro operações, e ainda etiqueta, catecismo, culinária e princípios morais. Assim se formavam as mulheres que o discurso senhorial prescrevia: educadas, meigas, acomodadas.

Em 1879, o governo abriu as instituições de ensino superior às mulheres, seguindo exemplos estrangeiros, e as primeiras brasileiras, como Rita Lobato, Ermelinda Lopes de Vasconcelos e Mirtes de Campos puderam ingressar nas Faculdades de Medicina e de Direito, apesar da hostilidade e preconceito dominantes.⁷ Em 1880, o Colégio Pedro II também aceitou o ingresso de meninas, mas por pouco tempo. Cinco anos depois, um novo diretor achou por bem transferir as quinze alunas matriculadas para estabelecimentos “mais adequados ao sexo”, voltando a atender somente aos meninos. Apenas em 1927 o Pedro II voltará a aceitar a matrícula das jovens. Ainda na década de 1880, outras instituições de renome, como o Liceu de Artes e Ofícios, e o Liceu Santa Isabel, — este último, fundado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, — oferecem o curso secundário às meninas e, também, música, desenho e línguas. Se esta era a situação educacional das jovens da elite, na principal cidade do país, pode-se imaginar como devia ser nas demais províncias.

Os periódicos vão refletir, portanto, a dicotomia vigente: alguns se empenham em acompanhar a transformação dos tempos e defendem que as mulheres devem ser respeitadas, ter direito de frequentar escolas e o espaço público. Já outros reiteram sua fragilidade e delicadeza, a especificidade dos papéis sociais, e se limitam a falar de moda, criança e culinária. Ocorria, muitas vezes, inclusive, de propostas antagônicas se misturarem no mesmo periódico, e artigos investidos de tom progressista ficarem próximos de outros com ideias contrárias. A emancipação intelectual, política e social da

⁷ Nesta época, duas jovens – Maria Augusta Generosa Estrela e Josefa Águeda Felisbella Mercedes – estudavam no New York Medical College and Hospital for Women. Elas foram responsáveis pela criação do periódico *A Mulher* (1881-1883), que circulou em Nova York e, mais tarde, em Recife. Mais informações no verbete de *A Mulher*.

brasileira ficou, assim, à mercê de forças que ora a impulsionavam para frente, ora a queriam estacionada na ignorância e na dependência.

A partir de 1870, os órgãos feministas se multiplicam com uma rapidez espantosa, minimizando o isolamento das mulheres, divulgando as conquistas e realizando uma espécie de rede de apoio e intercâmbio intelectual entre eles. Os mais radicais propagavam que o gênero está submetido ao fator econômico. Isto é, que a dependência financeira determina a subjugação e que o progresso do país depende de suas mulheres. Esta tese, que surge na Europa ainda no final do século XVIII, toma força no XIX e está presente já no primeiro livro de Nísia Floresta, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832. E é abraçada por redatoras — Josefina Álvares de Azevedo, Narcisa Amália, Júlia Lopes de Almeida e Presciliana Duarte de Almeida, entre outras — empenhadas em conscientizar as leitoras de seus direitos à educação, à propriedade, ao voto e ao trabalho. Assim, o protagonismo feminino adentra as redações e toma para si a direção política e ideológica de muitas das folhas destinadas às mulheres. De leitoras a redatoras, abrem espaço às vozes femininas antes reclusas às alcovas, e empreendem a transformação hoje perceptível no perfil dessa imprensa: de “revistas de moda” a órgãos de reflexão.

O DICIONÁRIO

Os jornais aí elencados foram organizados por ordem cronológica de publicação, tendo em vista o público a que o dicionário se destina — estudantes, professores e pesquisadores do periodismo e da história intelectual da mulher. Ao final está disponível um índice alfabético remissivo, para facilitar a consulta pelo título. Os verbetes contêm, sempre que possível, o subtítulo do jornal ou revista, o nome do editor ou da editora, a cidade de origem, a tipografia, as datas do primeiro e último números, a proposta editorial, o formato gráfico e a relação dos principais colaboradores e colaboradoras. Trazem ainda a relação das fontes utilizadas, os exemplares examinados e sua localização, e as referências bibliográficas, quando existem. Foi mantida a grafia original apenas nos títulos e nomes das (e dos) jornalistas; enquanto os subtítulos, e a transcrição de editoriais, poemas e artigos tiveram a ortografia atualizada. A extensão dos verbetes varia principalmente em função de se ter tido ou não acesso aos originais e a fontes de informação. Enquanto alguns já possuem um volume razoável de estudos, outros podem ser conhecidos apenas pelo registro que receberam um dia de outros pesquisadores. E nem todos trazem comentários críticos sobre o jornal e seu conteúdo. Em muitos casos era tão óbvio, que se fez desnecessário observar o quanto era conservador ou se incentivava a emancipação. Após o último verbete estão listados os acervos, arquivos e bibliotecas onde foi

realizada a pesquisa, e a relação completa da bibliografia consultada ou utilizada.

Ao longo dessa trajetória, foram muitas as indagações que se impuseram. Se desde o século XIX existiu uma imprensa feminista editada quase ininterruptamente em todas as regiões do país, poder-se-ia considerá-la um “fenômeno contínuo e vigoroso socialmente”, como sugere Elizabeth Cardoso, referindo-se às últimas décadas?⁸ Que divisões ou subdivisões poderiam ser sugeridas para dar conta deste imenso acervo jornalístico? O movimento feminista costuma ser pensado em ondas que surgem, crescem e depois refluem, para novamente crescer e se avolumar em torno de novas bandeiras. Também a imprensa feminista poderia ser pensada assim? Indagações como estas, que partilho com outras pesquisadoras, surgiram enquanto me debruçava sobre os originais e, confesso, continuam vivas nos dias de hoje, quando vemos as jovens militantes usarem o próprio corpo, não mais o papel, para inscreverem suas propostas de luta. É o corpo gendrado e marcado pela história de seu tempo.

Retomando a metáfora do *iceberg*, pode-se dizer que estes 143 jornais são a face visível de um vasto universo de papel construído para a leitora daqueles tempos. E que a informavam sobre as transformações históricas e sociais em processo, enquanto a distraíam na rotina de seus afazeres cotidianos. Alimentado por fontes primárias raras ou de difícil acesso, o dicionário busca cumprir seu papel de mapa e guia norteador de novas pesquisas. Vem, pois, preencher lacunas que persistem acerca da história da mulher brasileira na busca por seus direitos e na construção de sua identidade e de uma dicção literária própria.

O segundo volume — sobre jornais e revistas do século XX — encontra-se em fase final de revisão. Até o momento, somam cerca de 300 periódicos que circularam de 1900 a 1999, e desempenharam importante papel na difusão dos ideais femininos e feministas. Para dar conta de um leque cada vez mais amplo de interesses, — casa, aparência, autoestima, relacionamento amoroso, — e acompanhar a rápida transformação por que passavam as mulheres, eles se segmentaram ainda mais, e se dirigem às adolescentes, às solteiras, às mães, às maduras, às que assistem novela, às executivas, às brancas, às negras, às esportistas, às que querem emagrecer, às independentes, etc, etc.

Os títulos falam por si: *A Violeta, Renascença, Momento Feminino, Frou-Frou, Revista Feminina, A Cigarra, Jóia, Manequim, Cláudia, Desfile, Mais, Nova, Vogue, Criativa, Elle, Marie Claire, Grande Hotel, Capricho, Sétimo Céu, Ilusão, Noturno...* A partir da década de 1980,

⁸ Amplio aqui o questionamento que Elizabeth Cardoso faz referindo-se à imprensa feminista pós-1974. Ver <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-17052004-165710/>

o cenário adquire novo impulso com o movimento feminista, e surgem *ChanacomChana, Nosotras, Brasil Mulher Jornal Fêmea, Nós Mulheres, Mulherio...* Hoje as publicações voltadas para o público feminino incorporaram o cotidiano da vida nacional e representam o setor mais importante das revistas especializadas. E ostentam um número surpreendente de títulos relacionados direta ou indiretamente a esse público: decoração, astrologia, horóscopos, casamentos, estética, beleza, gestantes e bebês, moda e saúde. Cada um com sua personalidade, seu público, seu nicho no mercado editorial. Curiosamente — ou não — as revistas femininas se apoderaram de vez do privado, da intimidade, da vida sensível e da busca do prazer. E assumiram de vez a feminilidade — para o bem e para o mal.

A reflexão continua, portanto. E o novo volume pretende dar conta desse universo cada vez mais multifacetado, mais plurissignificado e mais representativo das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amyntas. *Imprensa mineira – memória histórica*. Edição comemorativa do centenário da Independência – 1822-1922. Belo Horizonte: Typ. Oliveira, Costa & Comp., 1922.

CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno (org.). *Anais da Imprensa da Bahia*. 1. Centenário 1811-1911. 2 ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar. *Dicionário biográfico imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 1994.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX – Dicionário Ilustrado*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016. (2. ed. 2017).

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*. 1850-1937. Trad. Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Trad. Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Coleção Retratos do Brasil, v. 112)

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LUCA, Tania Regina de. Mulheres em revista. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 447-68.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2008.

MELO, Manoel Rodrigues de. *Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte – 1909-1987*. São Paulo: Editora Cortez; Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MOLINA, Matías M.. *História dos jornais no Brasil*. Da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n.1, p. 225-33, jan-jun. 2003.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1850)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1969. v. 4 (v. 5, 1970; v. 6, 1972)

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Data de recebimento: 6 de março de 2018

Data de aprovação: 30 de abril de 2018